



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 42868/18

EXERCÍCIO: 2019
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São José de Caiana
DATA DE ENTRADA: 02/06/2018
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2019.
INTERESSADOS: JOSÉ LEITE SOBRINHO
Lourival Florentino de Souza Sobrinho



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 373/2018

ESTABELECEM DIRETRIZES E
METAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, Estado da PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de São José de Caiana para o exercício de 2018, compreendendo:

- I. As prioridades da administração pública municipal;
- II. A estrutura e organização do orçamento anual;
- III. As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII. Critérios para a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII. Outras disposições gerais sobre orçamento.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2019, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I. Ao Poder Legislativo:

- a. Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b. Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Em relação ao Poder Executivo:

1. Melhoria e ampliação da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços básicos, nos segmentos:

1.1. De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

- a. Estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;
- b. De redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem à equidade;
- c. De valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

1.2. De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando à melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

1.3. De promoção social à família, à criança, ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família;

- 1.4. De incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais;
 - 1.5. De apoio aos programas de melhorias populares;
 - 1.6. De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
 - 1.7. De recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal;
 - 1.8. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais, artísticas e regionais.
2. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:
 - a. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
 - b. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.
 3. Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:
 - a. Do desenvolvimento da agropecuária;
 - b. Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
 4. Ações administrativas que objetivem:
 - a. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
 - b. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

I. Na Área Social:

a. Da Educação e Cultura:

1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;
5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas da Rede Municipal de Ensino;
10. Apoio à atividades e extensão universitária;
11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, festas juninas e do (a) padroeiro (a).

b. Da Saúde Pública:

1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c. Da Habitação e Saneamento Básico:

1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
2. Construção e melhoria de casas populares.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

[Handwritten signature]

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

d. Da Assistência Social:

1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
4. Estimular programas de assistência comunitária;
5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. Na Área Econômica:

a. Agropecuária:

1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
5. Combate à seca e à pobreza rural.

b. Indústria, Comércio e Turismo:

1. Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III. Na Área de Infraestrutura:

a. RECURSOS HÍDRICOS:

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. TRANSPORTES:

1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c. ENERGIA:

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;
- d. SERVIÇOS URBANOS:
 1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
 2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
 3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
 4. Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2019.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;
- II. Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.
- III. Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.
- IV. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I. DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2019 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2018;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2019;
- III. A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2019, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019, até 15 de Setembro de 2018;
- V. A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro 2018;
- VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
 - a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
 - b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;
- VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964;
- IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2019, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;
- X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:
 - a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
 - b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

- c. Cobrir frustação de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2019.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I. Texto da lei;
- II. Quadros orçamentário consolidado;
- III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2019, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

Art. 12 - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2019, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2018, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14 - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2019, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2018 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16 - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17 - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitam-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

Art. 19 - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20 - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21 - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 22- As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23 - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24 - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2019, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2019 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2018, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2019, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2019, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 - A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para o pagamento da despesa com dívida municipal e com o refinanciamento da dívida pública, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Handwritten signature

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 26 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de créditos, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal de 1988,

Parágrafo Único - As despesas de que trata o "caput" desse artigo serão alocadas nos encargos gerais do município nos recursos sob a supervisão da Secretaria Municipal de Finanças.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28 - Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2019.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

- I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada um das propostas e seus dispositivos;
- II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E À AVALIAÇÃO DOS

RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 29 - O controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento serão realizadas através das ações e programas executados pela administração, conforme trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços. (art. 4º, I, “e” da LRF).

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2019.

Art. 31 - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

- I. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
- II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- III. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;
- IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 32 - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 33 - É vedado consignar no orçamento municipal para 2019 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 34 - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 35 - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

GABINETE DO PREFEITO

artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 36 - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2019, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 37 - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2019.

Art. 38 - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

São José de Caiana 28 de Maio de 2018


JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

ESPECIFICAÇÃO	2019						2020						2021					
	Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor	
	Corrente	(a)	Corrente	(b)	Corrente	(c)	Corrente	(d)	Corrente	(e)	Corrente	(f)	Corrente	(g)	Corrente	(h)	Corrente	(i)
Receita Total	20.670.638		19.827.950		19.827.950		21.497.464		19.827.950		22.357.362		19.827.950		22.357.362		19.827.950	
Receitas Primárias (I)	20.574.180		19.735.424		19.735.424		21.397.147		19.735.424		22.253.033		18.518.663		22.253.033		18.518.663	
Despesa Total	20.670.638		19.827.950		19.827.950		21.497.464		19.827.950		22.357.362		19.827.950		22.357.362		19.827.950	
Despesas Primárias (II)	20.225.753		19.401.202		19.401.202		21.034.783		19.401.202		21.876.174		19.401.202		21.876.174		19.401.202	
Resultado Primário (III) = (I - II)	348.427		334.223		334.223		365.848		334.223		380.482		334.223		380.482		334.223	
Resultado Nominal	(2.539.685)		(2.436.148,74)		(2.436.148,74)		(2.641.272,46)		(2.436.148,74)		(2.746.923,36)		(2.436.148,74)		(2.746.923,36)		(2.436.148,74)	
Dívida Pública Consolidada	8.483.564		8.137.711		8.137.711		9.197.880		8.483.564		10.371.235		9.197.880		10.371.235		9.197.880	
Dívida Consolidada Líquida	6.671.330		6.399.358		6.399.358		7.459.527		6.880.213		8.632.882		7.459.527		8.632.882		7.459.527	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)																		
Despesas Primárias geradas por PPP (V)																		
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)																		

FONTE:

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	22.350	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	22.350	22.350
Dívidas em Processo de Reconhecimento	5.700	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.700	5.700
Avais e Garantias Concedidas	4.800	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	4.800	4.800
Assunção de Passivos	3.300	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	3.300	3.300
Assistências Diversas	44.650	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	44.650	44.650
Outros Passivos Contingentes	72.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	72.000	72.000
SUBTOTAL	152.800	SUBTOTAL	152.800	152.800
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Frustração de Arrecadação	23.300	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias.	23.300	23.300
Restituição de Tributos a Maior	7.900	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias.	7.900	7.900
Discrepância de Projeções:	66.000	Contenção de despesas orçamentárias em investimentos.	66.000	66.000
Outros Riscos Fiscais	40.000	Limitação de empenho	40.000	40.000
SUBTOTAL	137.200	SUBTOTAL	137.200	137.200
TOTAL	290.000	TOTAL	290.000	290.000

FONTE:

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM N.º 05, de 28 de Maio de 2018

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal

Tenho a honra de encaminhar à Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, I § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, em apenso, a Lei nº 373/2018 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, e dá outras providências.

A referida Lei dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucional; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares saliento também que esta Lei demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos parques recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem a presente Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, desde já agradeço o imprescindível apoio e colaboração na aprovação da referida Lei.

Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

Estou encaminhando uma cópia da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária nº 373/2018 de 28 de maio de 2018, para o exercício financeiro de 2019.

Reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

JOSE LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LOA -
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E LDO - LEI DE DIRETRIZES OR-
ÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 PARA
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAJANA - PB

Aos dias dois do mês de maio de dois mil e de-
zeto (02/05/2018), às treze horas, na Câmara Municipal
casa João Beite de Macedo, situada na Avenida Prefeito An-
tônio Lopes da Silva, S/N, São José de Cajana, Paraíba, reuni-
se diversos servidores, Prefeito Constitucional Frei Beite, Secretários
Municipais, Vice Prefeito Manoel Pereira de Sousa, a Presidente da
Câmara, o Contador da Prefeitura Municipal Romival Florentino
de Sousa e demais pessoas da Comunidade. Iniciada a pr-
lavra o senhor Romival deu início aos trabalhos com a
explicação dos trabalhos LOA e LDO falando sobre a importância
das propostas e ações a serem implantadas e respectivamente
desenvolvidas no município. No decorrer das discussões foram fi-
tar perguntadas ao Contador as quais foram respectivamente respo-
dida e em seguida foram distribuídos formulários para pres-
entimento sobre Proposta de Programas e Ações a ser incluídas na
LDO e LOA - 2019, os mesmos foram recolhidos pelo Contador para
análise das propostas. Iniciada a palavra o Prefeito Frei Beite
Sobrinho falou sobre a importância da Comunidade participar
da elaboração dos projetos e propostas a serem implantados
no orçamento financeiro do município em seguida agradeceu
aos presentes. Para finalizar o senhor Romival deixou claro que
as propostas serão analisadas e implantadas de acordo com
a necessidade do município, viabilizando o que foi debati-
do e reportado nesta audiência. Nada mais havendo a tratar,
foi lavrada a presente ata e assinada por todos presentes.

Maria Glória Lopes de Souza

(Assinatura)

Ricardo Florentino de Souza

David Alves Lopes

Elvis Stalley Leite de Souza

Maria Fernanda Lopes

João Junior Guimarães

Joeysson Johnson Abílio de Moura

Rafaely Rodrigues Costa

João Carlos Leite Moura

Marcos Antonio de Sousa

João Carlos de Guimarães

André Johnson Leite da Silva

Romário Pereira Fritzer

Josefa Luciana Lima Lopes Araújo

Emília Rodrigues Rufino

Luiz Carlos Leite Ferreira

José Luiz de Almeida

Sebastião Luiz de Souza

João Carlos de Souza

Roberto de Souza

Manoel Pereira de Souza

Luiz Carlos de Souza Salento

João Carlos de Souza



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
ANO DE REFERENCIA 2019

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais. No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as metas de inflação, *IPCA projetado para 2019 ficou em 4,50%, enquanto as projeções de inflação para 2020 e 2021 permaneceram em 5,00%.

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
IPCA	4,50%	5,00%	5,00%
Taxa utilizada para o período	4,25	4	4
PIB (crescimento real %a.a.)	3	2,4	2,3
Selic (fim de período - %a.a.)	8	8	8
Câmbio (fim de período -R\$/US\$)	3,4	3,5	3,5

*IPCA projetado pelo sistema financeiro para o período. As demais variáveis foram expurgadas por não refletirem variáveis que comprometa a situação fiscal do município.

Para o período de 2018 foi utilizado valor do orçamento e para os demais foi utilizado metodologia baseada em projeção da previsão de 2018 para 2019 e projeção para os exercícios de 2020 e 2021 o índice de 4,25%, 4% e 4% respectivamente com base no valor de 2018. Através da análise baseado nas receitas realizadas nos exercícios de 2015 a 2017 utilizando o acréscimo entre suas realizações.

Comparativos das previsões e execuções dos exercícios 2015, 2016 e 2017:

Exercício	Previsão	Execução	Diferença
2015			
Receitas	22.902.849,00	12.704.355,36	(10.198.493,64)
Despesas	22.902.849,00	13.921.544,48	(8.981.304,52)
Déficit		(1.217.189,12)	
2016			
Receitas	24.679.512,88	14.478.700,99	(10.200.811,89)
Despesas	24.679.512,88	14.614.962,76	(10.064.550,12)
Déficit		(136.261,77)	
2017			
Receitas	21.601.232	15.920.890	(5.680.342)
Despesas	21.601.232	14.945.987	(6.655.245)
Superávit		974.903	

af

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
ANO DE REFERÊNCIA 2019

Com base nessas informações o comparativo dos anos anteriores com os realizados houve um ajuste e um superávit em 2017, que está a se repetir em 2018 e servir de reflexo para os próximos exercícios.

O Valor para o exercício de 2019 foi projetado em R\$ 20.670.638,00, tentando se aproximar da realidade executada pelo município devido a diversos convênios firmado com grande expectativa de realização.

No que tange às transferências, estas acompanham os mesmos índices de crescimento das Receitas Tributárias e das receitas das transferências legais e derivadas do SUS, FNDE e FUNDEB, visto que a variação existente nas transferências ocorre por conta destas.

As demais receitas não têm comportamento regular e isto ocorre pelo fato de a maioria das receitas serem proveniente de convênios.

Em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, tem-se buscado fazer com que as despesas variem nas mesmas proporções que as receitas. Além disso, vêm sendo adotadas medidas a fim de se reduzir o custeio e, conseqüentemente, desenvolver novas frentes para investimentos no Município e diminuição de dívida fundada.

Base de Cálculo:

Ano	Despesa (1)	Receita (2)	Diferença (2-3)	Superestimava de Receita
2015	13.921.544	12.704.355	(1.217.189)	SIM
2016	14.614.962	14.478.700	(136.261)	SIM
2017	14.945.987	15.920.890	974.903	NÃO
2018	19.686.365	19.686.365	-	*NÃO
2019	20.670.638	20.670.638	-	*NÃO

* Os valores projetados para os exercícios 2018 e 2019 tentam aproximar da realidade e não superestima a receita, pois apresenta valores considerados nas receitas de convênios e nas emendas parlamentares.

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

ANO DE REFERÊNCIA 2019

Para obtenção dos valores correntes foram utilizados os dados dos balanços de 2016 e 2017, a previsão orçamentária para 2018 e as projeções para os exercícios de 2019 a 2021 considerados nestas projeções os índices.

Os valores a preços constantes equivalem aos valores correntes expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor atual. Assim, as metas anuais previstas para os três exercícios anteriores e os dois posteriores ao ano de referência utilizam os índices apresentados abaixo:

Taxa Média de Inflação Utilizada para o Período com leve queda sobre o IPCA:

Inflação Média (% anual) projetada c/ base em índice oficial de inflação	2019	2020	2021
$\{ 1 + (\text{Taxa de Inflação Ano de referência} / 100) \}$	1,0425	1,0842	1,127568

Inflação Média (% anual) apurada c/ base em índice oficial de inflação	2016	2017
Inflação Média (% anual) apurada c/ base em índice oficial de inflação	1,045	1,09725

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentária, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, a alienação de ativos e as receitas de privatizações.

A Despesa Primária corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária.

Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
ANO DE REFERÊNCIA 2019

financeiras. Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida, que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos o total do Ativo Financeiro, ou seja, a disponibilidade de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres.

Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício em exame em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida no período anterior ao de referência.

pf

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	22.350	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	22.350
Dívidas em Processo de Reconhecimento	5.700	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.700
Avais e Garantias Concedidas	4.800	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	4.800
Assunção de Passivos	3.300	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	3.300
Assistências Diversas	44.650	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	44.650
Outros Passivos Contingentes	72.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	72.000
SUBTOTAL	152.800	SUBTOTAL	152.800

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	23.300	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias.	23.300
Restituição de Tributos a Maior	7.900	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias.	7.900
Discrepância de Projeções:	66.000	Contenção de despesas orçamentárias em investimentos.	66.000
Outros Riscos Fiscais	40.000	Limitação de empenho	40.000
SUBTOTAL	137.200	SUBTOTAL	137.200
TOTAL	290.000	TOTAL	290.000

FONTE:

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
01.010 Câmara Municipal	
01 031 2001 1001 Construção Ampliação e Reforma da Câmara Municipal	10.605,00
01 031 2001 1035 Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal	34.965,00
01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades Legislativas	791.280,00
Total da Unidade:	836.850,00
02.010 Gabinete do Prefeito	
04 122 2004 2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	396.186,00
04 122 2002 2003 Contribuição para a FAMUP/AMVAP	17.010,00
02 061 2004 2004 Manutenção das Atividades de Assessoria Jurídica	126.735,00
Total da Unidade:	539.931,00
02.020 Secretaria de Administração e Planejamento	
04 122 2003 2005 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Planejamento	562.748,00
Total da Unidade:	562.748,00
02.030 Secretaria de Finanças	
28 062 0001 0001 Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais	95.130,00
28 841 0001 0002 Pagamento do Parcelamento da Dívida do INSS	381.885,00
28 845 0001 0006 Contribuição para o PASEP	118.860,00
04 123 2005 2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças	394.265,00
Total da Unidade:	990.140,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional	Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
12 361 1007 1010	Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares	189.210,00
12 365 1007 1013	Construção, Ampliação e Reforma de Escola de Educação Infantil e Creche	37.170,00
13 812 1009 1014	Implantação de Infraestrutura Esportiva	168.525,00
12 361 1004 1016	Aquisição de Transporte Escolar	199.500,00
12 306 1006 2009	Manutenção do PNAEF - Ensino Fundamental	68.985,00
12 361 1005 2010	Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Magistério	3.634.558,00
12 361 1005 2011	Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Outros	1.580.711,00
12 361 1005 2012	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino - MDE	1.019.340,00
12 361 1004 2013	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	160.860,00
12 361 1007 2014	Manutenção do Programa Salário Educação	130.095,00
12 361 1007 2015	Manutenção do Programa PDDE	6.825,00
12 361 1007 2016	Manutenção de Outros Programas do FNDE	38.115,00
12 365 1005 2017	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 60%	595.030,00
12 365 1005 2018	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - MDE	58.275,00
12 361 1005 2019	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 60%	1.578,00
12 361 1005 2020	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - MDE	9.450,00
13 392 1009 2021	Promoção de Festividades e Eventos Regionais e Folclóricos	253.260,00
13 813 1009 2022	Manutenção das Atividades Culturais e Esportivas	21.735,00
04 122 2006 2023	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	189.525,00
12 306 1006 2024	Manutenção do PNAEEJA - Educação de Jovens e Adultos	3.675,00
12 306 1006 2025	Manutenção do PNAEC - Creche	19.635,00
12 306 1006 2026	Manutenção do PNAEP - Pré-Escolar	27.090,00
12 361 1005 2027	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%	6.838,00
12 365 1005 2028	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 40%	83.799,00
12 365 1004 2029	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar da Educação Infantil	1.050,00
12 362 1004 2030	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar do Ensino Médio	1.050,00
12 361 1007 2031	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	12.600,00
12 361 1007 2032	Manutenção do Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para o Atendimento ao EJA -	37.590,00
Total da Unidade:		8.556.074,00
02.050 Secretaria de Saúde		
10 541 1003 1028	Construção e Melhoria de Aterro Sanitário.	53.025,00
10 301 1011 1031	Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário	105.525,00
10 301 1011 1036	Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD	59.325,00
10 301 2007 2047	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	2.031.036,00
Total da Unidade:		2.248.911,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde	
28 062 0002 0007 Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais - Fundo Municipal de Sa	95.351,00
10 301 1011 1018 Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equip. para aprimorar a Saúde Muni	164.010,00
10 301 1011 1040 Aquisição de Equipamentos	52.500,00
10 301 1011 1041 Academia da Saúde - Básica	106.575,00
10 301 2007 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - RECURSOS DO SUS	431.198,00
10 301 1011 2034 Manutenção da Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família	368.445,00
10 301 1011 2035 Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde	271.341,00
10 305 1011 2036 Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção em Saúde	79.065,00
10 301 1011 2037 Manutenção da Saúde Bucal	52.815,00
10 301 1011 2038 Manutenção da Farmácia Básica	66.885,00
10 302 1011 2039 Manutenção da Média e Alta Complexidade	93.031,00
10 304 1011 2040 Manutenção das Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária	75.810,00
10 301 2007 2041 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios	233.940,00
10 301 1011 2056 Manutenção e Realização de Exames, Cirurgias e Consultas	116.445,00
10 302 1011 2057 Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU (SUS)	302.401,00
Total da Unidade:	2.509.812,00
02.060 Secretaria de Agricultura	
17 511 1012 1019 Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento na Zona Rural	21.210,00
18 605 1012 1020 Construção e Ampliação de Açudes e Barragens	108.360,00
18 544 1012 1021 Construção e Recuperação de Poços	75.810,00
20 544 1012 1022 Construção de Cisternas	143.220,00
20 606 1012 1023 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	189.000,00
18 544 1003 1033 Sistema de Abastecimento D'Água	126.095,00
20 608 1012 1037 Construção de Matadouro Público Municipal	52.500,00
20 608 1015 1039 Aquisição de Patrulha Mecanizada	105.000,00
20 606 1012 2042 Manutenção de Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural	31.290,00
20 606 2008 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura	245.187,00
Total da Unidade:	1.097.672,00
02.070 Secretaria de Assistência Social	
08 243 2009 2044 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	99.330,00
08 244 2009 2045 Manutenção da Secretaria de Assistência Social	218.190,00
08 244 1014 2046 Manutenção dos Benefícios Eventuais	84.945,00
Total da Unidade:	402.465,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.071 Fundo Municipal de Assistência Social	
08 244 1014 1034 Estruturação da Rede de Serv. Socioassistenciais de Prot. Social-Const. de CRAS, CRE	158.550,00
08 243 1014 2048 Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	149.625,00
08 244 1014 2049 Manutenção de Outros Programas Sociais do FNAS	17.325,00
08 241 1014 2050 Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF/ PBF	76.335,00
08 244 1014 2051 Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/PBF	24.465,00
08 244 1014 2052 Co-financiamento dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS	57.855,00
08 244 1014 2053 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEF(CRE)	111.090,00
08 244 1014 2054 Manutenção de Atividades de Gestão do SUAS - IGD/SUAS	18.585,00
08 243 1014 2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - IGD PBF/SUA	5.775,00
08 244 1014 2058 Manutenção de Outros Programas Sociais do FEAS-PB	78.750,00
08 244 1013 2059 Manutenção do Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS	78.000,00
Total da Unidade:	776.355,00
02.080 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo	
15 122 1002 1002 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de infraestrutura Urbana	217.350,00
15 451 1002 1004 Construção, Ampliação e Recuperação de Prédios Públicos	236.250,00
15 451 1002 1005 Aquisição e Desapropriação de Imóvel	58.065,00
15 451 1002 1006 Construção, Ampliação e Melhorias de Praças Públicas	179.025,00
15 451 1002 1007 Pavimentação de Ruas e Vias Urbanas	200.132,00
17 512 1002 1008 Construção de Banheiros e Fossas Sépticas	63.000,00
17 512 1002 1009 Ampliação do Sistema de Abastecimento D'Água	31.815,00
15 782 1002 1025 Construção, Recuperação e Adequação de Estradas Vicinais	78.706,00
26 782 1002 1026 Construção e Recuperação de Passagens Molhadas	31.815,00
15 608 1002 1027 Construção, Ampliação e Reforma do Mercado Público Municipal	105.000,00
15 452 2010 2006 Manutenção das Atividades de Obras e Urbanismo	739.522,00
15 451 1002 2007 Recuperação e Reforma de Estradas e Vias Urbanas	55.020,00
Total da Unidade:	1.995.700,00
02.999 Reserva de Contingência	
99 999 9999 9999 Reserva de Contingência	153.980,00
Total da Unidade:	153.980,00
Total Geral:	20.670.638,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	20.670.638	19.827.950		112,89	21.497.464	19.827.950		112,89	22.357.362	19.827.950		112,89
Receitas Primárias (I)	20.574.180	19.735.424		112,36	21.397.147	19.735.424		112,36	22.253.033	18.518.663		112,36
Despesa Total	20.670.638	19.827.950		112,89	21.497.464	19.827.950		112,89	22.357.362	19.827.950		112,89
Despesas Primárias (II)	20.225.753	19.401.202		110,46	21.034.783	19.401.202		110,46	21.876.174	19.401.202		110,46
Resultado Primário (III) = (I – II)	348.427	334.223		1,90	365.848	337.436		1,92	380.482	337.436		1,92
Resultado Nominal	(2.539.685)	(2.436.148,74)		-13,87	(2.641.272,46)	(2.436.148,74)		-13,87	(2.746.923,36)	R\$ (2.436.149)		-13,87
Dívida Pública Consolidada	8.483.564	8.137.711		46,33	9.197.880	8.483.564		48,30	10.371.235	9.197.880		52,37
Dívida Consolidada Líquida	6.671.330	6.399.358		36,43	7.459.527	6.880.213		39,17	8.632.882	7.656.196		43,59
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)												

FONTE:

Handwritten signature

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas	% PIB	% RCL	Metas Realizadas	% PIB	% RCL	Variação	
	em <2017>			em <2017>			Valor	%
	(a)			(b)			(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	21.601.232		156,26%	15.920.890		100,08%	(5.680.342)	-26,3
Receitas Primárias (I)	21.545.004		155,85%	15.805.446		99,35%	(5.739.558)	-26,6
Despesa Total	21.601.232		156,26%	14.945.987		93,95%	(6.655.245)	-30,8
Despesas Primárias (II)	21.189.732		153,28%	14.482.691		91,03%	(6.707.041)	-31,7
Resultado Primário (III) = (I-II)	355.272		2,57%	1.322.755		8,31%	967.483	272,3
Resultado Nominal	(4.483.578)		-32,43%	(2.333.476)		-14,67%	2.150.102	-48,0
Dívida Pública Consolidada	9.369.912		67,78%	8.502.816		53,45%	(867.095)	-9,3
Dívida Consolidada Líquida	9.004.806		65,14%	6.671.330		41,93%	(2.333.476)	-25,9

FONTE:

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

VALORES A PREÇOS CORRENTES											RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	22.902.849	15.920.890	-0,30	19.686.365	0,24	20.670.638	0,05	21.497.464	0,04	22.357.362	0,04
Receitas Primárias (I)	22.849.403	15.805.446	-0,31	19.594.500	0,24	20.574.180	0,05	21.397.147	0,04	22.253.033	0,04
Despesa Total	22.831.559	14.945.987	-0,35	19.686.365	0,32	20.670.638	0,05	21.497.464	0,04	22.357.362	0,04
Despesas Primárias (II)	22.401.074	14.482.691	-0,35	19.262.665	0,33	20.225.753	0,05	21.034.783	0,04	21.876.174	0,04
Resultado Primário (III) = (I - II)	448.329	1.322.755	1,95	331.835	-0,75	348.427	0,05	365.848	0,05	380.482	0,04
Resultado Nominal	(4.483.578)	(2.333.476)	-0,48	(2.436.149)	0,04	(2.539.685)	0,04	(2.641.272)	0,04	(2.746.923)	0,04
Dívida Pública Consolidada	9.369.912	8.502.816	-0,09	8.137.711	-0,04	8.483.564	0,04	9.197.880	0,08	10.371.235	0,13
Dívida Consolidada Líquida	9.004.806	6.671.330	-0,26	6.671.330	0,00	6.671.330	0,00	7.459.527	0,12	8.632.882	0,16

VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	23.933.477	17.469.196	-27%	19.686.365	13%	19.827.950	1%	19.827.950	0%	19.827.950	0%
Receitas Primárias (I)	23.877.626	17.342.525	-27%	19.594.500	13%	19.735.424	1%	19.735.424	0%	18.518.663	-6%
Despesa Total	23.858.979	16.399.484	-31%	19.686.365	20%	19.827.950	1%	19.827.950	0%	19.827.950	0%
Despesas Primárias (II)	23.409.123	15.891.133	68%	19.262.665	21%	19.401.202	1%	19.401.202	0%	19.401.202	0%
Resultado Primário (III) = (I - II)	468.504	1.451.393	210%	331.835	-77%	334.223	1%	337.436	1%	337.436	0%
Resultado Nominal	(4.685.339)	(2.560.406)	-45%	(2.436.149)	-5%	(2.436.149)	0%	(2.436.149)	0%	(2.436.149)	0%
Dívida Pública Consolidada	9.791.558	9.329.715	-5%	8.137.711	-13%	8.483.564	4%	9.197.880	8%	10.371.235	13%
Dívida Consolidada Líquida	9.410.023	7.320.117	-22%	6.671.330	-9%	6.399.358	-4%	6.880.213	8%	7.656.196	11%

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	(447.462)	100,00%	(2.805.267)	100%	(2.543.133)	100%
TOTAL	(447.462)	100,00%	(2.805.267)	100,00%	(2.543.133)	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%
TOTAL	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%

FONTE: Anexo 14 - Balanço Patrimonial Exercício de 2017 (DCASP)

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	<2016> (a)	<2015> (b)	<2014> (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	<2016> (d)	<2015> (e)	<2014> (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	<2016> (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	<2015> (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	<2014> (i) = (Ic - IIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: NÃO HOUVE RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS

Nota :



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			

Página 1 de 4

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2015	2016	2017
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2015	2016	2017
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2015	2016	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			

Página 2 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			

Página 3 de 4

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

Handwritten signature

Página 4 de 4

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
TOTAL						-

FONTE: NÃO FOI PREVISTA RENÚNCIA DE RECEITA PARA O PERÍODO.

pt

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2018	
Aumento Permanente da Receita		0,00
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0,00
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I+II)		0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		0,00
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0,00

FONTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
01.010 Câmara Municipal				
01 031 2001 1001	Construção Ampliação e Reforma da Câmara Municipal			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.605
			Total do Projeto:	10.605
01 031 2001 1035	Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			34.965
			Total do Projeto:	34.965
01 031 2001 2001	Manutenção das Atividades Legislativas			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			6.405
			Total da Atividade:	6.405
			Total da Unidade:	51.975



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.010 Gabinete do Prefeito	
04 122 2004 2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	
4490.52 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.355
Total da Atividade:	5.355
Total da Unidade:	5.355



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente		R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática					Dotação	
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Orçamentária	
02.020 Secretaria de Administração e Planejamento						
04	122	2003	2005	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Plane		
4490.52	001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				11.813
					Total da Atividade:	11.813
					Total da Unidade:	11.813



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.030 Secretaria de Finanças				
28 062 0001 0001	Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais			
4690.91 001	SENTENÇAS JUDICIAIS			15.645
Total da Operação Especial:				15.645
28 841 0001 0002	Pagamento do Parcelamento da Dívida do INSS			
4690.71 001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			381.885
Total da Operação Especial:				381.885
04 123 2005 2008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
4690.71 001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			10.185
Total da Atividade:				10.710
Total da Unidade:				408.240

PF



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação Orçamentária	
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura					
12 361 1007 1010	Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			73.500	
4490.51 124	OBRAS E INSTALAÇÕES			53.760	
4490.51 125	OBRAS E INSTALAÇÕES			61.425	
Total do Projeto:				188.685	
12 365 1007 1013	Construção, Ampliação e Reforma de Escola de Educação Infantil e Creche				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			37.170	
Total do Projeto:				37.170	
13 812 1009 1014	Implantação de Infraestruta Esportiva				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.500	
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			53.025	
4496.61 990	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			105.000	
Total do Projeto:				168.525	
12 361 1004 1016	Aquisição de Transporte Escolar				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.500	
4490.52 124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			94.500	
4490.52 125	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			94.500	
Total do Projeto:				199.500	
12 361 1005 2011	Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Outros				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			23.909	
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.657	
Total da Atividade:				26.566	
12 361 1005 2012	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino - MDE				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			525	
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			79.590	
Total da Atividade:				80.115	
12 361 1007 2014	Manutenção do Programa Salário Educação				
4490.52 120	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			34.440	
Total da Atividade:				34.440	
12 361 1007 2015	Manutenção do Programa PDDE				
4490.52 121	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525	
Total da Atividade:				525	
12 361 1007 2016	Manutenção de Outros Programas do FNDE				
4490.52 124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.500	
Total da Atividade:				10.500	
12 365 1005 2018	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - MDE				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.355	
Total da Atividade:				5.355	
12 361 1005 2020	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - MDE				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525	
Total da Atividade:				525	

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					R\$ 1,00 Dotação Orçamentária
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura					
13 813 1009 2022	Manutenção das Atividades Culturais e Esportivas				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				525
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				525
Total da Atividade:					1.050
04 122 2006 2023	Manutenção das Atividades da Secretária de Educação, Esporte e Cultura				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				29.400
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				15.750
Total da Atividade:					45.150
12 361 1005 2027	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				410
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				116
Total da Atividade:					526
12 365 1005 2028	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 40%				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				40.950
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				11.550
Total da Atividade:					52.500
Total da Unidade:					851.132



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				R\$ 1,00 Dotação Orçamentária
02.050 Secretaria de Saúde				
10 541 1003 1028	Construção e Melhoria de Aterro Sanitário.			
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			26.250
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			26.250
Total do Projeto:				52.500
10 301 1011 1031	Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			525
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			52.500
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			51.975
Total do Projeto:				105.000
10 301 1011 1036	Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			525
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			5.250
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			53.025
Total do Projeto:				58.800
10 301 2007 2047	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.250
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.500
Total da Atividade:				57.750
Total da Unidade:				274.050

af



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde				
28 062 0002 0007	Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais - Fundo Municipal de Sa			
4690.91 211	SENTENÇAS JUDICIAIS			95.351
Total da Operação Especial:				95.351
10 301 1011 1018	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equip. para aprimorar a Saúde Muni			
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			31.815
4490.51 212	OBRAS E INSTALAÇÕES			97.125
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			9.240
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			3.465
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			13.125
4490.52 220	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			9.240
Total do Projeto:				164.010
10 301 1011 1040	Aquisição de Equipamentos			
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.500
Total do Projeto:				52.500
10 301 1011 1041	Academia da Saúde - Básica			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			525
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			52.500
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
4490.52 220	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.500
Total do Projeto:				106.050
10 301 2007 2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - RECURSOS DO SUS			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			1.155
Total da Atividade:				1.155
10 301 1011 2034	Manutenção da Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.355
Total da Atividade:				5.355
10 301 1011 2035	Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
10 305 1011 2036	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção em Saúde			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
10 301 1011 2037	Manutenção da Saúde Bucal			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
10 302 1011 2039	Manutenção da Média e Alta Complexidade			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
10 304 1011 2040	Manutenção das Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária			
4490.52 212	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
10 301 2007 2041	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios			
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.355
Total da Atividade:				5.355

SisPlanj - e-TICons(83)3241-9973 www.e-ticons.com.br - Versão (2018.04.0.1) 16/05/2018 03:00:43

Página 8 de 14

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde		
Total da Unidade:		432.401



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.060 Secretaria de Agricultura				
17 511 1012 1019	Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento na Zona Rural			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			21.210
			Total do Projeto:	21.210
18 605 1012 1020	Construção e Ampliação de Açudes e Barragens			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			52.710
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			55.650
			Total do Projeto:	108.360
18 544 1012 1021	Construção e Recuperação de Poços			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			21.210
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			54.600
			Total do Projeto:	75.810
20 544 1012 1022	Construção de Cisternas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			36.855
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			57.750
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			48.615
			Total do Projeto:	143.220
20 606 1012 1023	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			89.250
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			99.750
			Total do Projeto:	189.000
18 544 1003 1033	Sistema de Abastecimento D'Água			
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			36.750
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			89.345
			Total do Projeto:	126.095
20 608 1012 1037	Construção de Matadouro Público Municipal			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			5.250
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			47.250
			Total do Projeto:	52.500
20 608 1015 1039	Aquisição de Patrulha Mecanizada			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.500
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			94.500
			Total do Projeto:	105.000
20 606 2008 2043	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.355
			Total da Atividade:	5.355
			Total da Unidade:	826.550

af



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.070 Secretaria de Assistência Social				
08 243 2009 2044	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			4.725
Total da Atividade:				4.725
08 244 2009 2045	Manutenção da Secretaria de Assistência Social			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.500
Total da Atividade:				52.500
Total da Unidade:				57.225



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática				R\$ 1,00
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.071 Fundo Municipal de Assistência Social				
08 244 1014 1034	Estruturação da Rede de Serv.Socioassistenciais de Prot.Social-Const.de CRAS,CRE			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			43.575
4490.51 311	OBRAS E INSTALAÇÕES			53.025
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			8.925
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			53.025
Total do Projeto:				158.550
08 244 1014 2049	Manutenção de Outros Programas Sociais do FNAS			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.100
Total da Atividade:				2.100
08 244 1014 2051	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/PBF			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			4.305
Total da Atividade:				4.305
08 244 1014 2052	Co-financiamento dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			15.855
Total da Atividade:				15.855
08 244 1014 2054	Manutenção de Atividades de Gestão do SUAS - IGD/SUAS			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
08 243 1014 2055	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - IGD PBF/SUA			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			525
Total da Atividade:				525
08 244 1014 2058	Manutenção de Outros Programas Sociais do FEAS-PB			
4490.52 390	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.500
Total da Atividade:				52.500
Total da Unidade:				234.360

Pp



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.080 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo				
15 122 1002 1002	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de infraestrutura Urbana			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			59.850
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			157.500
Total do Projeto:				217.350
15 451 1002 1004	Construção, Ampliação e Recuperação de Prédios Públicos			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			99.750
4490.51 930	OBRAS E INSTALAÇÕES			31.500
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			95.550
4490.52 930	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			9.450
Total do Projeto:				236.250
15 451 1002 1005	Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
4490.61 001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			58.065
Total do Projeto:				58.065
15 451 1002 1006	Construção, Ampliação e Melhorias de Praças Públicas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			55.335
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			123.165
Total do Projeto:				178.500
15 451 1002 1007	Pavimentação de Ruas e Vias Urbanas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			22.050
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			178.082
Total do Projeto:				200.132
17 512 1002 1008	Construção de Banheiros e Fossas Sépticas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			63.000
Total do Projeto:				63.000
17 512 1002 1009	Ampliação do Sistema de Abastecimento D'Água			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			31.815
Total do Projeto:				31.815
15 782 1002 1025	Construção, Recuperação e Adequação de Estradas Vicinais			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			25.681
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			53.025
Total do Projeto:				78.706
26 782 1002 1026	Construção e Recuperação de Passagens Molhadas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			31.815
Total do Projeto:				31.815
15 608 1002 1027	Construção, Ampliação e Reforma do Mercado Público Municipal			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.500
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			94.500
Total do Projeto:				105.000
15 452 2010 2006	Manutenção das Atividades de Obras e Urbanismo			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			32.025
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			47.355
Total da Atividade:				79.380
Total da Unidade:				1.280.013

SisPlanj - e-TICons(83)3241-9973 www.e-ticons.com.br - Versão (2018.04.0.1) 16/05/2018 03:00:43

Página 13 de 14

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

ANO: MAIO 2018

São José de Caiana – PB 28 de Maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
Total Geral:	4.433.114



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 02/06/2018 às 09:32:55 foi protocolizado o documento sob o Nº 42868/18 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2019, referente a(o) Prefeitura Municipal de São José de Caiana, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Lourival Florentino de Souza Sobrinho.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município



Data de Publicação: 28/05/2018

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	4cb2f712d852448809d9bdce8dbaa66e
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	eb0edbb82e71394f1f6ce24a66be40bd
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	dcba45293cb44992c3e1e7202c3bed9b
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	35f806c483fa151e95d7ef1e208de692
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	053700a0d54ebae0ff831ec966ec55bb
6) Outros Anexos	Sim	7114f8a9e58fde7ba2b83aa3f661b038

João Pessoa, 02 de Junho de 2018





Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	CÓDIGO: POP-AUD-002/001 Periodicidade: Anual Versão: 001	
--	--	---

DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO - DIAFI
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA DA GESTÃO MUNICIPAL II – DEAGM II
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL X – DIAGM X

Documento TC	42868/18	
Natureza	ACOMPANHAMENTO	
Jurisdicionado	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA	
Responsável	JOSÉ LEITE SOBRINHO (PREFEITO)	
Exercício	2018	
Objeto Exame	LDO 2019	LEI nº 373/2018, de 28/05/2018



ITEM DE VERIFICAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
1 - Prova de audiência pública?	SIM	Páginas 23 a 27
2 - Fixa metas e prioridades?	SIM	Artigos 2º e 3º
3 – Orienta a elaboração da LOA 2019?	SIM	Artigos 5º ao 21
4 - Dispõe sobre alteração na Leg. Tributária?	SIM	Artigos 27 e 28
5 - Trata de operações de fomento?	SIM	Artigos 2º (inciso II) e 3º (incisos II e III)
6 - Autoriza financiar despesas da competência de outros entes?	NÃO	-
7 - Fixa regra Reserva de Contingência?	SIM	Artigo 7º (incisos VII, IX e X)
8 - Fixa regra sobre despesas de pequeno valor para os fins do artigo 16 da LRF?	NÃO	-
9 - Dispõe sobre equilíbrio entre receitas e despesas?	SIM	Artigo 11

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	CÓDIGO: POP-AUD-002/001 Periodicidade: Anual Versão: 001	
--	--	---

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
10 - Fixa regras sobre limitação de empenho?	SIM	Artigo 31
11 - Contém anexo de metas fiscais?	SIM	Páginas 19 e 28 a 61
11.1 Anexo segue integralmente o modelo definido pela STN (conteúdo e forma)?	SIM	(1)
11.2 Anexo contém metodologia e memória de cálculo?	SIM	-
12 – Metas propostas (2019) compatíveis com a execução recente (SAGRES 2017)?		
12.1 - Receita	SIM	-
12.2 – Despesa	SIM	-
13 – Contém anexo de riscos fiscais?	SIM	Página 20
12.1 Anexo segue integralmente o modelo da STN?	SIM	-
12.2 Indica medidas a compensar por ocorrências de riscos fiscais ou passivos contingentes?	SIM	-
12.3 Medidas indicadas são suficientes?	SIM	-
14 - Autoriza concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26 da LRF?	SIM	Artigos 15, 16, 18, 32 e 33
15 – Prevê margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado?	SIM ⁽²⁾	Artigos 9º e 24
16 - Prevê parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos?	SIM	Artigos 13, 14 e 29
17 – As prioridades e metas analisadas são compatíveis com o PPA?	SIM	-

(1) Anexo de metas fiscais: as **colunas dos percentuais** em relação ao **PIB** não estão preenchidas.

(2) O **Demonstrativo 8** (Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado), na página 47, **não** contém nenhum **valor**, embora o **parágrafo 1º** do **artigo 24** defina o limite de **20%** para a **expansão** das **despesas** com **pessoal** e **encargos sociais**, desde que o **montante** em percentual da **RCL** seja **inferior** ao limite estabelecido no **inciso III** do **artigo 20** da **LRF**.

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	CÓDIGO: POP-AUD-002/001 Periodicidade: Anual Versão: 001	
--	--	---

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta auditoria **concluiu** pela ocorrência dos seguintes fatos:

- a** - Falta na **LDO** conteúdo relativo aos **itens 06 e 08** (Critérios para financiar despesas da competência de outros entes e regras sobre despesas de pequeno valor).
- b** – As colunas dos **percentuais** em relação ao **PIB** do **anexo de metas fiscais** não estão **preenchidas**, conforme o **item 11**.
- c** - O **Demonstrativo 8** (Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado) **não** contém nenhum **valor**, embora o **parágrafo 1º** do **artigo 24** defina o limite de **20%** para a **expansão** das **despesas** com **pessoal e encargos sociais**, desde que o **montante** em percentual da **RCL** for **inferior** ao limite estabelecido no **inciso III** do **artigo 20** da **LRF**.

Esta auditoria **concluiu**, ainda, pela necessidade de que se **recomende** ao Prefeito do Município, quando da **elaboração** da próxima **LDO**:

- Inserir **critérios** para o financiamento de **despesas** de **outros** entes e para as **despesas** de **pequeno** valor, conforme os preceitos da **LRF**.
- Preencher no **anexo de metas fiscais** as colunas dos **percentuais** em relação ao **PIB**.
- Alocar **valores** no demonstrativo da **margem** de **expansão** das despesas **obrigatórias** de caráter continuado, caso esta seja consignada no **texto** da lei.

Poderá ainda o Prefeito, caso entenda conveniente, promover **alteração** na **LDO** para o exercício de **2019**, ora em discussão, com a **inclusão** dos pontos **sugeridos** neste relatório.

É o relatório.

Assinado em 15 de Agosto de 2018



Carlos Alberto do Nascimento Vale
Mat. 3702740
AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

Assinado em 30 de Agosto de 2018



Eduardo Ferreira Albuquerque
Mat. 3705935
CHEFE DE DIVISÃO



DOCUMENTO: 42868/18

SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São José de Caiana

INTERESSADOS: Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO (Gestor(a)), Sr(a). Lourival Florentino de Souza Sobrinho (Contador(a))

ALERTA - 00691/18

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sob a responsabilidade dos interessados Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO e Sr(a). Lourival Florentino de Souza Sobrinho, no sentido de que adotem medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos:

a - Falta na LDO conteúdo relativo aos itens 06 e 08 (Critérios para financiar despesas da competência de outros entes e regras sobre despesas de pequeno valor).

b - As colunas dos percentuais em relação ao PIB do anexo de metas fiscais não estão preenchidas.

c - O Demonstrativo 8 (Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado) não contém nenhum valor, embora o parágrafo 1º do artigo 24 da LDO defina o limite de 20% para a expansão das despesas com pessoal e encargos sociais, desde que o montante em percentual da RCL seja inferior ao limite estabelecido no inciso III do artigo 20 da LRF.



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima

Relator

11/09/2018 13:07



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Documento: 42868/18

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José de Caiana

Exercício: 2019

CERTIDÃO

ALERTA

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que na edição Nº 2039 do Diário Oficial Eletrônico, com data de publicação em 12/09/2018, foi realizada a seguinte publicação:

Documento: 42868/18

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Relator: Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José de Caiana

Interessados: Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO (Gestor(a)), Sr(a). Lourival Florentino de Souza Sobrinho (Contador(a))

Alerta TCE-PB 00691/18: O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sob a responsabilidade dos interessados Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO e Sr(a). Lourival Florentino de Souza Sobrinho, no sentido de que adotem medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos: a - Falta na LDO conteúdo relativo aos itens 06 e 08 (Critérios para financiar despesas da competência de outros entes e regras sobre despesas de pequeno valor). b - As colunas dos percentuais em relação ao PIB do anexo de metas fiscais não estão preenchidas. c - O Demonstrativo 8 (Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado) não contém nenhum valor, embora o parágrafo 1º do artigo 24 da LDO defina o limite de 20% para a expansão das despesas com pessoal e encargos sociais, desde que o montante em percentual da RCL seja inferior ao limite estabelecido no inciso III do artigo 20 da LRF.

João Pessoa, 11 de Setembro de 2018



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB